

***Apresentação do Dossiê:*****Escravidões, experiências de liberdades e pós-abolição no Brasil**Bruno Martins de Castro,<sup>1</sup>UFRJCleudiza Fernandes de Souza,<sup>2</sup> UFRJ

Entre os poucos consensos na seara da História Social do Brasil está o de que a escravidão de populações de origem africana constituiu uma de nossas experiências mais longevas e indeléveis. Muito das desigualdades, das relações hierárquicas de poder, das intolerâncias e do racismo que marcam nosso tempo têm uma estreita ligação com essa realidade histórica, que só nos últimos trinta ou quarenta anos começou a ser mais bem compreendida. A corrida dos historiadores aos arquivos e a utilização de uma enorme variedade de fontes primárias de natureza cartorial, demográfica, eclesiástica, cível e criminal permitiram desvelar aspectos fundamentais do cotidiano da escravidão e da complexidade das relações que nele se desenvolveram. Para além de uma visão que realçava a leniência do paternalismo senhorial e, no outro oposto, a violenta reificação do cativo, hoje nosso olhar se volta para a capacidade de agência dos escravos, que, não obstante as limitações de sua condição jurídica e do lugar social que ocupavam, souberam bem mobilizar recursos, criar estratégias de negociação e acionar redes de solidariedade que lhes garantiram a melhor existência possível.

Evidentemente, falar da escravidão negra no Brasil implica levar em conta suas múltiplas especificidades regionais e temporais, o que justifica a necessidade de sempre pensá-la no plural e em seus mais variados matizes. Por outro lado, não se pode perder de vista a enorme diversidade de experiências que permitiram aos escravos conceber e colocar em ação seus projetos de liberdade, assim também como vivenciá-la, quase sempre a duras penas, depois que a lei de 1888 colocou fim ao cativo. Tendo isso em vista, o presente Dossiê buscou reunir trabalhos de pesquisa de ponta, assinados por jovens historiadores em

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Social pelo PPGHIS-UFRJ, com financiamento PROEX-CAPES. É professor efetivo de História da rede pública estadual de ensino de Minas Gerais, integrante do grupo de pesquisa “Escravidão atlântico: família, riqueza e cultura (CNPq)” e editor da Revista *Ars Historica*, periódico discente vinculado ao PPGHIS-UFRJ. E-mail para contato: brunomartinsdecastro@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em História Social pelo PPGHIS-UFRJ, com financiamento PROEX-CAPES. Professora Efetiva de História na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ). Pesquisadora do Grupo de Trabalho “Emancipações e Pós-abolição em Minas Gerais” (CNPq). E-mail para contato: cleosouzalh@gmail.com

formação e especialistas no tema, cujo emprego de variadas fontes e metodologias lhes permitiram construir análises consistentes e inovadoras.

Abrindo a plêiade de trabalhos que integram este volume, o artigo *Salmino, Zerafino, João, Justino e Joté fugiram! Resistências e identidades de africanos orientais impressas nos anúncios de fuga (Rio de Janeiro, 1840)*, de Layla Silva Ferreira, nos brinda com uma instigante análise das fugas de escravos na Corte, chamando a atenção para os processos de (re)construção identitária e étnica operada por esses africanos em diáspora. O argumento central da autora reside em demonstrar que os sentidos de nação e etnicidade presente nos anúncios de fugas de escravos afro-orientais foram forjados no tráfico atlântico. Em torno das escarificações ou “marcas de nação”, usualmente descritas pelos anunciantes, podiam se configurar para esses indivíduos as possibilidades de construção de comunidades, pertencimento social e reestruturação étnica.

Partindo para as terras das Minas, Bruno Martins de Castro nos apresenta o seu artigo “*Por ter me dado a quantia que convenciamos*”: *aspectos identitários, étnicos e o pagamento da alforria pelos escravos de São João del-Rei (Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais – primeira metade do Oitocentos)*. Nesse texto, o autor examina as variáveis cor, origem e grupos de procedência dos escravos que tiveram suas alforrias registradas no Tabelionato Público de Notas, identificando que os africanos provenientes da Costa da Mina foram, em relação ao seu grupo demográfico, os que mais se alforriaram, alcançando tal feito predominantemente por meio da compra. Contrastando o preço das alforrias com o da avaliação dos escravos nos inventários, o autor percebe uma certa correspondência entre o movimento desses valores, sugerindo ainda que as relações pessoais poderiam influenciar no preço da alforria dos escravos.

Na sequência, Marina Cardoso Ribeiro nos apresenta seu artigo *Experiências de liberdade entre as escravizadas da família Azevedo e Souza: os fragmentos das histórias de Catharina e Eva (Pelotas, Rio Grande do Sul, 1871-1888)*. Nele, a autora chama a atenção do leitor sobre o quanto as experiências de liberdades de mulheres escravas poderiam ser distintas, variando muito de acordo com o contexto em que estavam inseridas, com as estratégias que foram capazes de acionar e com os ofícios que exerceram. Lastrada em farta documentação, como registros cartoriais, inventários, testamentos e processos-crime, a autora reconstrói importantes detalhes das trajetórias de duas escravas rumo à liberdade, mostrando como a interseccionalidade entre condição jurídica, raça e gênero e as experiências e o trabalho no cotidiano da escravidão foram decisivos nesse processo.

Indo ao Nordeste, temos o texto *Uma história da escravidão no povoado de Exu – Pernambuco na segunda metade do século XIX*, com autoria de Daniel Alves de Alencar. A partir de documentos como anúncios de fugas escravas em periódicos, manuscritos e fontes censitárias, o historiador discute aspectos de violência e relação entre senhores e escravos na cidade pernambucana de Exu, no contexto do escravismo brasileiro. Mesmo com o ofuscamento da temática dos discursos locais, Alencar destaca o papel relevante da atuação cativa no território exuense. Pontua ainda como aspectos geográficos e climáticos, atividades econômicas e as complexidades presentes nas relações paternalistas marcaram a configuração das pequenas posses no território.

Mais adiante, Thiago Lindemaier da Rosa nos apresenta *A trajetória do jockey negro Antônio Chrispim: a análise do indivíduo para compreender o coletivo em Recife (1889)*. Nesta abordagem, o autor traça aspectos significativos sobre a biografia de Antônio Chrispim, jóquei negro que atuou em Recife nos anos finais da década de 1880. A partir do caso escolhido e por meio da metodologia da Ação Conjuntural, Rosa investiga as vivências e sociabilidades da população negra recifense no referido recorte. Para tal, os periódicos da imprensa surgem como ferramenta principal. O autor tem o cuidado de problematizar as práticas discriminatórias resultantes do contexto, tensionando as possibilidades de ascensão social dos agentes em contraposição às mazelas deixadas pela escravidão e reelaborações temporais do racismo.

Avançando para o século XX, o trabalho *A transfiguração de João Cândido Felisberto em herói e sua relevância para a justiça racial e social em uma sociedade pós-abolicionista*, escrito por Jeferson Luis Lima da Silva, nos presenteia com uma investigação sobre a transformação do líder da Revolta da Chibata em um herói e sua relevância para as lutas e resistências em uma sociedade do pós-abolição. Silva adentra na trajetória de vida do Almirante negro gaúcho, desde suas raízes familiares atreladas à escravidão e os passos que o levaram à Marinha, tornando-o uma liderança social, até as reverberações para além do evento e os usos políticos de sua imagem. O autor destaca o esforço coletivo e a participação dos grupos e movimentos sociais brasileiros para o reconhecimento da atuação de Felisberto, ao lado das pesquisas sobre o tema no âmbito das ciências humanas. O artigo é importante contribuição para entendimentos sobre memória coletiva e suas representações e para o combate ao racismo e demais opressões.

Fechando notavelmente o volume, mergulhamos no artigo de Vinícius Mendes Reis Furini intitulado *Trabalho, moralidade e controle social na Doca das Frutas (Porto*

*Alegre/RS, 1947*). Por meio da utilização de documentos criminais, Furini analisa a repressão policial e o controle social estabelecido sobre trabalhadores informais no final da década de 1940 na capital gaúcha. Como cenário de fundo, está a Doca de Frutas, vila de malocas (habitações populares) surgida com o comércio fluvial de frutas e importante espaço de lazer, socialização e trabalho. O autor mostra como a questão racial foi constitutiva no processo de tentativas de controle estatal, trazendo ainda uma relevante discussão sobre racialização e construção de estereótipos sociorraciais. Grande ponto de destaque no texto são as percepções advindas dos próprios trabalhadores sobre noções de justiça e direito, assim como éticas de trabalho e moralidade.

Por fim, os textos aqui apresentados trazem relevantes ganhos para a compreensão das diversas realidades brasileiras nas experiências de escravidão e liberdade e atuações dos agentes envolvidos. Fitar essa realidade, acima de tudo, permite-nos compreender e problematizar muito daquilo que nos tornamos. A exploração dos estudos do campo surge como compromisso científico e político frente à necessidade de ensejar a visibilidade dos debates sobre relações raciais e suas questões concernentes. Propomos, dessa forma, estimular contribuições para o entendimento da construção social brasileira e movimentações dos seus diferentes sujeitos. Afinal, a intolerância, as desigualdades e a manutenção do racismo, marcas deletérias de nosso tempo, possuem raízes históricas profundas e sua superação não se dará sem conhecermos os caminhos trilhados até aqui.

Boa leitura!